

Furtado, Júnia F. Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil (Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012). 707p.

Antonio José Alves de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em História
Bolsista CAPES
Universidade Federal de Santa Catarina
ajalvoliveira@gmail.com
Florianópolis
Brasil

Recibido: 13 de marzo de 2015
Aprobado: 16 de marzo de 2015

Júnia Ferreira Furtado, historiadora que há anos desenvolve pesquisas em torno da administração colonial e a interiorização dos interesses imperiais nas regiões mineradoras, com trabalhos como o “Livro da Capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da real extração” (2008) e “Homens de negócios: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas” (2006), foi vencedora do prêmio Clarival do Prado Valadares - Odebrecht de 2011, com “o Mapa que inventou o Brasil”, debruçando-se sobre o processo de produção da Carte de l'Amérique Méridionale (1737, 1742, 1748), de Jean Baptiste Bourguignon D'Anville.

No ano seguinte, a historiadora publica Oráculos da Geografia Iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil”, livro que é resultado de sua tese de titular em História moderna para a Universidade Federal de Minas Gerais, em 2009. Ancorado em vasta documentação, trata-se de um trabalho de intensa reflexão transdisciplinar, tecendo diálogos entre História, Diplomacia e Cartografia. Os questionamentos são efetuados a partir do enlace entre o embaixador português e o cartógrafo francês, inquirindo suas produções e seus anseios, donde permite-lhe entrever uma intrincada rede de sociabilidades intelectuais que ligou uma miríade de estudiosos portugueses e franceses na primeira metade do século XVIII.

Por um lado, a historiadora debruça-se sobre tal rede de sociabilidades, os projetos políticos e as visões de mundo que os indivíduos que a constituía engendraram na modernização do reino português sob a égide das Luzes, caracterizando o grupo de pensadores lusitanos como “emboabas ilustrados”. Tece reflexões acerca da historicidade e das características específicas das apropriações da Ilustração no reino, e, a partir desse grupo, atenta para os ensinamentos, proposições e projeções geopolíticas daquele que se torna central na sua análise, o embaixador Dom Luís da Cunha, que, em seus vários anos a serviço do reino português elabora uma visão global do império. Seus anseios e suas posições frente às batalhas diplomáticas, que, na primeira metade do século XVIII também acabaram por se tornar cartográficas, tornam-se centrais na análise da historiadora.

No tecer da rede de sociabilidades, Júnia Furtado identifica em Dom Luís da Cunha a gestação de uma determinada visão e um projeto geopolítico para o reino português, que incide diretamente sobre a conformação do território do Brasil. A defesa de suas ideias geopolíticas tinha como parâmetros a centralidade das Minas, a importância da conquista territorial das duas margens do Amazonas, as discussões e a importância atribuída à colônia do Sacramento, que em alguns mapas era representada como um enclave português em terras espanholas e em outros como uma porção de terra que se espalhava ao longo da margem direita do Prata, modificadas ao sabor dos interesses postos nas mesas de negociação.

Em suas proposições políticas e suas batalhas geopolíticas no Império colonial, Dom Luís via a si mesmo como um oráculo do rei Dom João V, anos depois de sua morte, e mesmo nas primeiras décadas do século XIX, diplomatas e historiadores defendiam suas proposições ou reconstituíam os eventos como apontamentos e proposições do embaixador. Mas no decorrer da análise são suscitadas as intrincadas relações sociais que o embaixador teceu, e Dom Luís passa a ser percebido como apenas um dos pontos na conformação do território. Por essa razão a importância identificada por Júnia nas relações sociais estabelecidas entre outros “oráculos da geografia iluminista”, como o processo de produção cartográfica por parte do geógrafo Jean Baptiste D'Anville, e principalmente os oráculos de uma geografia vivida, os

sertanistas, comerciantes e exploradores, cujo exemplo mais notável é o dos irmãos Nunes, no interior da região das Minas, que adentraram os sertões para além dos marcos estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, produzindo relações e relatos que se tornaram essenciais na produção cartográfica da geografia de gabinete, tecida por D'Anville e utilizados por Dom Luís da Cunha na defesa de seus interesses nas disputas diplomáticas.

Para a historiadora, a cartografia é o ponto fulcral a partir do qual se faz possível configurar uma abordagem transdisciplinar, é a partir da representação cartográfica que a autora inquire as intencionalidades dos sujeitos que produziram-na, inserindo-os nas tensões prementes, nas discussões diplomáticas e no contexto das negociações de fronteiras. E ainda, atenta para a historicidade das produções, as inovações técnicas produzidas e inseridas no mundo da ciência cartográfica, posto que estas incidem diretamente nas representações e nos próprios modos de perceber o mundo por parte dos indivíduos que as produziram. E nesse sentido, a partir da compreensão da ciência cartográfica, a análise se espalha para outras abordagens possíveis, inserindo na análise disciplinas como a história da cartografia, a história das ciências, a geografia, a história da geografia, geopolítica e história da diplomacia.

O entendimento da historicidade, das tensões sociais que envolvem os sujeitos históricos e as intencionalidades veiculadas na e pela cartografia agrega os três principais “oráculos” de Dom João V. Nas negociações diplomáticas, Dom Luís da Cunha, com sua visão geopolítica moldando o território de acordo com os interesses e sua visão do império; Jean Baptiste D'Anville, “desvelando” o território e as “fronteiras naturais” afinado com a produção e as teorias geográficas da época, e ainda, o mais importante, os sertanistas e comerciantes do interior do Brasil, a geografia vivida que passa a ser apropriada pelos dois anteriores como subsídios da produção cartográfica e nas discussões diplomáticas.

Por um lado, a premissa básica a qual os questionamentos da historiadora são vinculados é de que as imagens cartográficas são textos, representações sociais, inseridas em suas dimensões políticas, culturais e sociais, intrinsecamente vinculadas ao seu contexto, por outro lado, as escolhas e as seleções do que é representado são entendidas tanto como partícipes da temporalidade vivida pelos indivíduos,

como armas políticas, engendradas e movidas por sujeitos sociais ativos, e, no caso analisado, inserindo-se tanto nas disputas diplomáticas entre portugueses e espanhóis quanto nas disputas internas, evidenciando visões de mundo distintas e projeções políticas e geopolíticas concorrentes entre os portugueses, batalhas de representações que conformam visões de mundo e se materializam na cartografia, e posteriormente, na conformação de um território político.

É a partir desse ponto, que emerge na discussão da historiadora a compreensão das razões pelas quais a Carte de l'Amérique Méridionale é derrotada por um outro projeto político e cartográfico, o Mapa das Cortes, como ficou conhecido o Mapa dos Confins do Brasil, utilizado nas discussões diplomáticas que resultou no Tratado de Madri de 1750. Esta última representação cartográfica veiculava o posicionamento político, as articulações e as artimanhas de negociação de um outro diplomata, Alexandre de Gusmão. O Mapa das Cortes, produzido em Portugal em 1749, claramente escamoteava as reais dimensões do território brasileiro. No “jogo de espelhos” articulado por Gusmão junto aos espanhóis, os territórios que os portugueses haviam conquistado, baseado no Tratado de Tordesilhas, pareciam possuir menores proporções, o que possivelmente auxiliou na aceitação por parte dos espanhóis do argumento movido pelos portugueses do *uti possidetis*, donde se acordava que as terras pertenceriam a quem de fato as haviam ocupado.

No entanto, na análise da historiadora, as projeções políticas refletidas nas imagens cartográficas não se confirmam unicamente a partir da observação e análise da representação cartográfica. Estas são percebidas e indagadas a partir de uma outra tipologia de fontes, sejam estes os textos políticos de Dom Luís da Cunha, ou mesmo as memórias e as relações que acompanhavam o caminho percorrido na produção de cada mapa por D'Anville. Isso abre margem para as discussões tecidas em torno das imagens. As representações cartográficas são entendidas como evidências de proposições políticas ou como apreensões de inovações técnicas e científicas na ciência cartográfica, índices de uma temporalidade que apresenta reminiscências e, por outro lado, inovações. Apesar disso, em grande medida, as proposições

só podem ser confirmadas e as conclusões da historiadora só podem emergir a partir do cruzamento com outras tipologias de fontes.

Evidentemente isso não anula o árduo e instigante trabalho com representações cartográficas de Júnia Furtado, no entanto, ainda deixa em aberto um antigo questionamento acerca de representações imagéticas, a proposição de como levantar questionamentos e inferir conclusões unicamente das imagens, no caso, os mapas e o corpo de fontes cartográficas. A resposta da historiadora, demonstrada ao longo do livro, é a proposição de equiparar as imagens (mapas e cartas) e os textos políticos como representações sociais inseridas em meio a conflitos e batalhas de representações, ancoradas no tecido social, produzidas, apropriadas e veiculadas como armas políticas a partir das motivações de sujeitos ativos, movendo suas ambições, seus projetos políticos e sociais, produzindo efeitos duradouros e, no caso analisado pela historiadora, se concretizando na conformação de um território.